

V.20 nº42 (2024)

REVISTA DA

AN PE GE

ISSN 1679-768X

A stylized lowercase letter 'a' in a white, rounded font, positioned above the organization's name.

ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-graduação e
Pesquisa em Geografia

REVISTA DA
**AN
PE
GE**



HISTÓRIA DA GEOGRAFIA

Da Geografia ao geografar: o IBGE e as lutas sociais

From Geography to Geographicizing: IBGE and Social Struggles

De geografía a geografía: el IBGE y las luchas sociales

DOI: 10.5418/ra2024.v20i42.19163

TATIANA TRAMONTANI RAMOS

Universidade Federal Fluminense (UFF)

GLAUCO BRUCE RODRIGUES

Universidade Federal Fluminense (UFF)

V.20 n°42 (2024)

e-issn : 1679-768X

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a forma como os conflitos, ativismos e movimentos sociais foram tomados com matéria de reflexão e pesquisa no âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Compreendendo o IBGE como um lugar de produção de saber e de práticas de poder, nosso objetivo é verificar de que forma tais dimensões da dinâmica social foram ou não incorporados à produção intelectual da instituição. Utilizamos como fonte de pesquisa a Revista Brasileira de Geografia, por se tratar de uma das mais antigas e respeitadas publicações brasileiras e, em termos de acervo, um dos maiores repositórios bibliográficos da disciplina no mundo e principal forma de disseminação e publicização da produção dos geógrafos e geógrafas do IBGE.

Palavras-chave: IBGE; revista brasileira de geografia; conflitos; lutas sociais.

ABSTRACT: This research aims to analyze how conflicts, activisms, and social movements have been taken as subject of reflection and research within the scope of the Brazilian Institute of Geography and Statistics. Understanding the IBGE as a place of knowledge production and power practices, our goal is to examine how these dimensions of social dynamics were or were not incorporated into the institution's intellectual production. We used the Brazilian Journal of Geography as a research source, as it is one of the oldest and most respected Brazilian publications and, in terms of holdings, one of the largest bibliographic repositories in the discipline worldwide and the main way of disseminating and publicizing the work of IBGE geographers.

Keywords: IBGE; brazilian journal of geography; conflicts; social struggles.

RESUMEN: Este trabajo tiene como objetivo analizar la forma en que los conflictos, activismo y movimientos sociales han sido tomados como materia de reflexión e investigación en el ámbito del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística. Comprendiendo al IBGE como un lugar de producción de conocimiento y prácticas de poder, nuestro objetivo es verificar cómo estas dimensiones de la dinámica social han sido incorporadas o no en la



producción intelectual de la institución. Utilizamos la Revista Brasileira de Geografia como fuente de investigación, al ser una de las publicaciones brasileñas más antiguas y respetadas y, en términos de acervo, uno de los mayores repositorios bibliográficos de la disciplina en el mundo y la principal forma de difusión y publicización de la producción de geógrafos y geógrafas del IBGE.

Palabras clave: IBGE; revista brasileira de geografia; conflictos; luchas sociales.

1. Colocando a questão

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criado em 1938 pelo decreto-lei nº 218 de 26 de janeiro, a partir da alteração do nome do Instituto Nacional de Estatística, fundado em 1934¹, emerge em um período da história brasileira no qual o Estado demanda a criação de um robusto sistema estatístico, cartográfico e geográfico de informações sobre o território e a população (Senra, 2017). Tratava-se da criação de um dispositivo de produção e sistematização de informações e conhecimento que pudesse municiar e orientar práticas concretas de poder que se expressam em intervenções, políticas e ações de planejamento sobre o território e sua população. O IBGE representa uma instituição de produção de saber e de exercício de práticas territoriais, como bem definiram Sérgio Nunes Pereira e Paulo Roberto de Albuquerque Bonfim na organização do dossiê “IBGE: saberes e práticas territoriais” para a revista *Terra Brasilis* nº3, de 2014. Trata-se de produzir saberes para que se exerçam poderes.

A historiadora Patrícia Aranha (2014) elabora uma análise sobre a importância do IBGE para a consolidação da geografia universitária no Brasil. No texto a autora mostra como o Instituto e as universidades mantinham fortes e estreitas relações, como por exemplo, trabalhos de campo em comum, seminários, cursos e nas intervenções diretas do órgão, via Conselho Nacional de Geografia, através das elaboração de decretos e recomendações para a formação do geógrafo, buscando a adequação deste profissional à missão do Instituto. Em dado momento ela afirma:

Podemos perceber melhor o fenômeno descrito quando consideramos uma particularidade da institucionalização da disciplina no Brasil: o saber acadêmico era desenvolvido concomitantemente ao de gestão territorial. O pensamento geográfico brasileiro estava intimamente ligado ao conhecimento do território nacional, à

¹ Conforme o Decreto-lei nº 218, de 26 de janeiro de 1938, que muda o nome do Instituto Nacional de Estatística e o do Conselho Brasileiro de Geografia, publicado em Diário Oficial da União - Seção 1 - 1/02/1938, Página 1.961 (Publicação Original). Coleção de Leis do Brasil - 1938, Página 59 Vol. 1 (Publicação Original).

realização de levantamentos e trabalhos cartográficos. A geografia era dotada de um sentido de missão, colocando-se a serviço da integração e desenvolvimento do país. (Aranha, 2014, p.5).

O início do trecho remete ao nosso argumento anterior de que o saber acadêmico, produzido na universidade e no próprio IBGE, tinha como objetivo municar práticas de poder via gestão territorial. Queremos destacar a última frase: *a geografia era dotada de sentido de missão, colocando-se a serviço da integração e desenvolvimento do país*. Esse ponto é central para nosso argumento: a ideia de desenvolvimento é tributária do conceito de progresso, conceito-chave da constituição da *modernidade* e, de forma mais bem acabada e crítica, da moderno-colonialidade (Quijano, 2005; Dussel, 2005).

Como demonstra o historiador Reinhart Koselleck (2014), o conceito de progresso possui como atributo fundamental a ideia de aceleração do tempo histórico, a ideia de transformação, de mudança, que desemboca na ideia de desenvolvimento, principalmente econômico e tecnológico, mas que também engloba o desenvolvimento social, político e cultural².

A ideia de progresso é uma das principais forças políticas produzidas dentro de uma tradição de pensamento europeu-ocidental que privilegiou o tempo em detrimento do espaço, ao supor a existência de uma ordem espacial *a priori* e contingente à ação social, conforme expõe David Harvey (1999). Neste sentido, a modernidade se traduziria em uma maneira de experimentar o mundo na qual o progresso seria a expressão máxima da conquista do espaço pelo tempo. A conquista da América, ilustrativamente, vem para sedimentar um pensamento moderno europeu que naturaliza e legitima as assimetrias de uma geografia imaginária (Porto-Gonçalves, 2002a e 2002b) onde a separação sociedade/natureza ganha corpo e identidade na própria geopolítica (América/África ⇔ Europa), bem como nas noções sociológicas de selvagens e civilizados, impulsionando ações sociais e mudanças qualitativas na percepção do tempo.

A ideia de desenvolvimento possui o seu contrário, o subdesenvolvimento, compreendido como uma etapa do processo histórico que deveria ser superado - quando na verdade não se trata de uma etapa, mas de uma condição e produto da acumulação capitalista, como demonstrou, entre outros, Francisco de Oliveira (2013). Qual o significado trivial de superar o subdesenvolvimento no pós-Segunda Guerra? Superar as estruturas de uma economia agrário-exportadora, reduzir a pobreza e as desigualdades, eliminar a fome, ampliar acesso a bens de consumo e serviços mais complexos, realizar investimentos que permitissem superar o atraso e dependência tecnológica e, finalmente, construir uma nação integrada ao núcleo orgânico do capitalismo e organizada de acordo com os fundamentos básicos de uma democracia burguesa (socialização mediada pelo trabalho, eleições

² No caso específico da Geografia, recomendamos os trabalhos de Marcelo Lopes de Souza sobre o conceito de desenvolvimento (1994, 2005 e 2006), os quais tomamos como referência para nosso debate.

periódicas, partidos organizados, alternância de poder, respeito à propriedade privada, imprensa livre, direitos civis). Em linhas gerais, esse é o horizonte de expectativas histórico que está presente até hoje na intelectualidade e no campo do desejo progressista, seja mais à esquerda, seja mais à direita.

A missão institucional do IBGE deve ser compreendida neste enquadramento da longa duração (Braudel, 2013), como um saber com sentido prático que emerge no âmbito da moderno-colonialidade, evidentemente temperada pelas particularidades históricas e geográficas do Brasil, seja através da produção e sistematização de conhecimento estatístico, cartográfico e geográfico, seja na proposição de intervenções práticas e materiais no território para contribuir com o desenvolvimento nacional.

Devemos salientar que o IBGE, ao menos até a década de 1980, era um centro de produção de conhecimento de ponta, no mesmo nível das universidades brasileiras. A produção de um saber qualificado, solidamente fundamentado em seus corpos teóricos e metodológicos, foi referência para a formação de inúmeras gerações de geógrafos e geógrafas, consolidação de quadros técnicos e docente nas universidades e de outras instituições de ensino e pesquisa. Além disso, tal saber era condição para a elaboração de um conjunto de planos, políticas públicas e intervenções concretas na economia, infraestrutura e serviços. Aqui, podemos destacar toda a produção dedicada a conhecer, mapear e representar o território, realizar censos e pesquisas demográficas, elaborar propostas de regionalizações (um dos principais instrumentos de planejamento), estudos e propostas de colonização agrícola, dinâmicas da rede urbana, diagnósticos ambientais, caracterização das dinâmicas biogeofísicas do espaço, entre outros.

Existia, neste sentido, um duplo aspecto nas práticas da instituição: saber técnico e acadêmico conjugados de forma altamente qualificada, como bem demonstram, por exemplo, os trabalhos de Abrantes (2014), Aranha (2014), Bonfim (2014) e Lamego (2014). Nesse sentido, devemos ter clareza de que o IBGE foi peça-chave na constituição, organização, sistematização e desenvolvimento da Geografia no Brasil cuja origem está no sujeito que observa, “escondido” na objetividade da abstração (por vezes) matemática. Objetivamente, não se compreende a história, as qualidades e contradições da Geografia brasileira sem considerar a produção IBGE.

Uma instituição que orienta a produção de saberes e práticas territoriais. Se é assim, tal instituição pode ser tomada como chave analítica da própria sociedade brasileira: a partir dos seus saberes e práticas, colocar em movimento uma análise a partir de um órgão que olha, pensa e age de cima para baixo, que toma a população e o território como alvo de suas ações. Temos, portanto, matéria para reflexão que permite identificar tensões, conflitos e contradições sócio-espaciais que sequer foram consideradas pela instituição em função do seu lugar social de produção do saber. O interesse pelo IBGE é, na verdade, pela análise da própria sociedade brasileira na sua dinâmica histórica e geográfica. Assim, construímos um objeto – o IBGE – que nos permite uma análise da sociedade brasileira a partir de uma determinada perspectiva. Qual seria? Partimos do ponto de vista

da história do pensamento geográfico, que é tecida a partir dos saberes e práticas desta instituição. Uma história problematizadora, que elabora questões, explicita lacunas e trabalha as contradições. Não se trata, em hipótese alguma, de uma perspectiva museológica ou apologética de uma instituição, sua prática e suas produções. Trata-se de uma análise, evidentemente, crítica do passado, que nos permite compreender o processo de constituição do presente e, conseqüentemente, contribui para iluminar o futuro.

O IBGE é um colosso. Seria, obviamente, inviável tomá-lo de uma vez só em um texto curto, sem balizadores e recortes – temporais, temáticos, autorais etc. – específicos. Por isso, começaremos a delimitar de forma mais precisa nosso objeto. Dentro do universo de produção e contribuições do IBGE, partimos de um veículo que deu corpo, expressou e reproduziu de forma sistemática os saberes e práticas da instituição: a Revista Brasileira de Geografia (RBG).

A RBG foi publicada quadrimestralmente, por quase 70 anos, com pequenas interrupções, entre 1939 e 2006, e a partir de 2016, a revista passa a ter edição eletrônica semestral. Trata-se de uma das mais antigas e respeitadas publicações brasileiras e, em termos de acervo, um dos maiores repositórios bibliográficos da disciplina no mundo e principal forma de disseminação e publicização da produção dos geógrafos e geógrafas do IBGE. Assim, estamos nos referindo a um periódico cuja importância para a consolidação e desenvolvimento da geografia brasileira é central e, por isso, converte-se em fonte de pesquisa e matéria de reflexão crítica, pois ela é um meio de se pensar a inserção e o papel político, social e cultural da Geografia na sociedade brasileira.

Ainda que parte do IBGE, a RBG em si é um universo e, por isso, demanda instrumentos de aproximação e recortes analíticos. Por isso, tomaremos como referencial desta delimitação o olhar da temática dos ativismos e conflitos sociais. Nossa questão norteadora procurou responder de que forma os conflitos, as contradições constituintes da sociedade, os marginalizados, os expropriados, os trabalhadores, as práticas dos “de baixo” (para usar expressão de Carlos Walter Porto-Gonçalves), os ativismos sociais aparecem (ou não) na Geografia produzida por uma instituição da ordem, do progresso, do desenvolvimento.

De que forma as contradições sociais, os conflitos, os sujeitos coletivos aparecem nos saberes e práticas territoriais em tela? De fato, aparecem? Estão no centro, ou à margem das reflexões? Essas foram as perguntas que estruturaram a forma como nos aproximamos e nos apropriamos da RBG como fonte de pesquisa.

Ao formular nossa questão norteadora e suas principais diretrizes e indagações, passamos a criar certa expectativa do que seria factualmente encontrado. Imaginamos desde muito cedo que seriam poucos os trabalhos que teriam os conflitos e ativismos sociais como elemento central de reflexão/investigação. Reforçamos que buscamos levantar e evidenciar o tema dos conflitos e ativismos como abordagem *central* nos artigos analisados, ou seja, como determinante no recorte

analítico, no método, nas hipóteses e não uma simples menção, um dado com pouca relevância argumentativa, portanto periférico ao debate.

Foi surpreendente constatar, que entre todos os trabalhos publicados na seção *Artigos* consultados de 1939 a 2006, apenas dois correspondiam aos nossos critérios de seleção – de que o conflito social ou a ação coletiva (ativismos sociais) fossem efetivamente o cerne da reflexão. São os artigos de Mary Helena Allegretti Zanoni (1992), intitulado *Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia* e de Cesar Ajara (1992), intitulado *A (re)valorização do espaço geográfico no contexto de (re)definição de um projeto geopolítico nacional: um foco sobre o confronto de territorialidades na Amazônia brasileira*.

No referido trabalho, Allegretti Zanoni (1992) aborda a emergência das reservas extrativistas e suas atribuições associadas às populações a que se destinam bem como suas formas de regulamentação e órgãos competentes, buscando estabelecer os parâmetros necessários para conciliação entre desenvolvimento e conservação na Região Amazônica.

Na abordagem das reservas extrativistas, a autora remonta à formulação proposta pelo Conselho Nacional dos Seringueiros cujo projeto inclui a

regularização fundiária de espaços historicamente ocupados por seringueiros e outras populações extrativistas e tem como objetivo beneficiar estes grupos sociais com projetos de desenvolvimento econômico e social, sob gestão comunitária e com base em critérios de sustentabilidade (idem, p. 23).

É apresentado o histórico de ocupações de expulsões e as diferentes tentativas de ordenamento e gestão dos assentamentos extrativistas até que viessem se tornar Reservas por Concessão Real de Uso entre o IBAMA (Concedente) e as Associações devidamente registradas no Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS.

O trabalho de Cesar Ajara (1992) toma como ponto de partida a dimensão política da questão ambiental, ressaltando as diferentes formas de uso, apropriação e conceituação da natureza. Tais diferenças expressam diferentes formas de organização social, logo, diferentes formas de existir e significar o mundo. A partir daí, o autor aponta para a relação entre os conceitos de meio ambiente e espaço geográfico, argumentando que a questão ambiental é um elemento constitutivo do processo de produção social do espaço. Agora o ponto central da sua formulação:

Com efeito, o reconhecimento quanto à aproximação da noção de meio ambiente do próprio conceito de espaço geográfico possibilita articular a questão ambiental com o dinamismo próprio ao movimento de estruturação/reestruturação do espaço e coloca, para a abordagem geográfica, o desafio de *entender o espaço geográfico enquanto expressão dos conflitos inerentes às assimetrias que emergem das relações sociedade/natureza* (idem, p. 50. Grifos nossos).

O autor explicita o seu enquadramento teórico, metodológico e político a partir da centralidade do conflito como elemento produtor do espaço geográfico. E mais do que isso. O autor

formula, explicitamente, a ideia de confronto de territorialidades: uma determinada forma de organização social institui uma determinada territorialidade, compreendida como um espaço delimitado por práticas de poder e por uma relação específica com a natureza. Assim, diferentes formas de organização social implicam, necessariamente, territorialidades distintas que entram em confronto (idem, p. 51). O autor analisa a dinâmica regional da Amazônia a partir da constituição de novas territorialidades engendradas a partir das décadas de 1960 e 1970. Assim,

Com efeito, a complexidade crescente de que se vem revestindo, em diferentes escalas, o processo de estruturação/reestruturação espacial implica numa compreensão articulada das novas formas de apropriação territorial que são, ao mesmo tempo, novos caminhos de definição de territorialidades guiadas pelos valores que, contemporaneamente, determinam as práticas de poder no território. Nesse sentido, no padrão recente de ocupação da Amazônia, tanto a dimensão quanto o ritmo de expansão da grande exploração colocam a exigência de um entendimento mais aprofundado acerca dos grandes projetos que se expressam na constituição de territorialidades sob controle da grande empresa. Transcendendo a noção de espaço físico, a territorialidade, nas extensas áreas sob controle empresarial, tem o sentido do efetivo exercício de relações de poder no território, desvinculadas das ações dos governos locais e referendadas pelas políticas públicas de âmbito federal (idem, p. 51).

Diante da escassa produção no âmbito da temática abordada na pesquisa, consideramos relevante mencionar também um texto de Maria Therezinha Segada Soares (1989), publicado na seção *Comunicações* e intitulado *Movimentos sociais urbanos: as associações de moradores de favelas do município do Rio de Janeiro*, já que se trata de um trabalho com claro esforço teórico com total aderência ao recorte proposto.

Em seu texto, Soares (1989) analisa as associações de moradores de favela no Rio de Janeiro como expressões do conflito social a partir da categoria movimentos sociais urbanos em Manuel Castells (1974). O recorte de análise são as favelas da cidade do Rio de Janeiro, seu sítio e suas “vantagens locacionais”, decorrentes dos fatores de proximidade da “cidade legal”, nos termos da autora. O artigo aponta a emergência de um movimento organizativo constituído pela formação de numerosas associações de moradores sob coordenação da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), criada em 1963, e que depois viria se tornar Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ). A autora associa o surgimento dos movimentos por moradia em favelas e suas respectivas organizações aos ganhos obtidos com a promulgação de Constituição de 1988, especialmente no que tange ao artigo 183, sobre “usucapião urbano”, deixando em aberto a questão da ocupação de terras públicas e sua normatização.

Diante da escassa oferta de artigos cuja motivação central estivesse relacionada à abordagem dos ativismos, movimentos sociais e conflitos no campo, na cidade ou de recorte ambiental, nosso esforço se converteu, assim, em explorar o “não dito”. O que não pautava os debates acadêmicos no âmbito da RBG, o que não estava na agenda de debates dos artigos deste periódico, apesar da renovação crítica da geografia já se configurar como um campo consolidado no pensamento

geográfico desde a década de 1970 e inspirar e estimular debates em torno dos conflitos sócio-espaciais, e do próprio campo dos ativismos e movimentos sociais na Geografia já ganhar corpo e delimitação mais perceptível desde a década de 1980. Destacam-se trabalhos como o de Júlia Adão Bernardes (1983), Satie Mizubuti (1986), José Borzacchiello da Silva (1986), nos quais predominou o caráter marxista estruturalista de tipo predominantemente urbano, isto é, relativos às questões de moradia, segregação sócio-espacial, transportes, infraestrutura urbana, bem como o movimento operário. Vale destacar ainda, no final dos anos 1980, a dissertação de Marcelo Lopes de Souza (1988) sobre o ativismo de bairro que incorpora a própria ação social em sua relação com o espaço, contribuindo para uma teorização mais consistente no que diz respeito à Geografia dos ativismos e movimentos sociais. Logo depois, na década de 1990, Ariovaldo Umbelino Oliveira (1996) e Bernardo Mançano Fernandes (1996) dão aos estudos dos movimentos sociais agrários maior visibilidade e projeção, quando se nota um crescimento na produção de trabalhos trazendo questões como a reforma agrária, a luta pela terra e suas consequências materializadas no conflito de classes e no acesso desigual aos meios de produção. Também destacamos aqui a tese de Carlos Walter Porto-Gonçalves (1998) sobre a territorialidade seringueira, com quem a expressão movimento social ganha, para nossa compreensão das identidades coletivas, um sentido geográfico muito preciso. Deixamos claro que a produção e a importância desses autores já são expressivas desde a década de 1970. Estamos apenas salientando um processo de maior visibilização da temática através de seus trabalhos.

Desses textos citados como marcos, ou verdadeiras trincheiras ao demarcar os limites da geografia dos ativismos, conflitos e movimentos sociais, uma significativa parcela se trata de teses e dissertações que dão o tom de um movimento verdadeiramente pioneiro na Geografia brasileira a partir de programas de pós-graduação do Rio de Janeiro e de São Paulo, predominantemente. Tais pesquisas ganharam projeção e suscitaram novos campos de debate e investigação e proporcionaram um fecundo ambiente que tende a se expandir ao longo dos anos 2000. Algo que, no entanto, parece alheio ao panorama dos textos publicados Revista Brasileira de Geografia em todo seu período de publicação. O que não significa que tal ausência temática tenha sido fruto de uma ação deliberada, não é essa a conclusão, mas sim que existe um campo temático que passa ao largo do debate público do IBGE.

De qualquer forma, não se trata de um juízo sobre a produção da RBG, ou do IBGE, mas um exame da relação entre os saberes e as práticas da instituição e a realidade social viva e contraditória da sociedade brasileira e do ambiente acadêmico emergente na época refletindo sobre a nossa organização territorial. Trata-se, portanto, de explorar a contradição, a tensão entre um saber-fazer institucional e o movimento concreto da sociedade.

2. Os termos ausentes

Temos uma questão – a forma como os conflitos, lutas e ativismos sociais aparecem ou não como matéria de reflexão da Geografia produzida pelo IBGE, a despeito de sua heterogeneidade – e delimitamos um objeto de análise para o exame da questão, que será a RBG. Pois bem, cabe, agora, a explicitação do método e dos termos que ficaram ausentes, como já adiantamos no final de nossa introdução.

O método não é novo. Partimos da crucial formulação que associa a produção de conhecimento ao exercício do poder e aos condicionamentos históricos e geográficos da ação social. O leitor encontrará, sem muito esforço, variadas referências sobre a questão, mas, por dever de ofício, devemos explicitar as nossas. Ainda que caracterizadas por significativa diversidade e contradições, acreditamos que a resultante final é frutífera. A princípio, em relação a este aspecto particular do método, tomamos como base as formulações de Baruch Espinosa (2000) e o incontornável Michel Foucault (2004) para explicitar que existe uma relação entre a produção do saber e o exercício do poder³. Deixando as diferenças de lado, o fundamental para nossa pesquisa foi explicitar que o tipo de saber produzido no IBGE, de forma hegemônica e estrutural, correspondia a um tipo específico de exercício do poder que estava associado a um horizonte histórico que não poderia ser decalcado ou reduzido a um governo ou regime político específico e que estava, portanto, amalgamado a um processo histórico de maior profundidade e magnitude, associado a ideia moderna de progresso e, conseqüentemente, de desenvolvimento (Souza, 1994 e 2006).

Este procedimento nos obriga, necessariamente, a articular a produção de conhecimento com os processos sociais concretos, ou seja, com os condicionamentos exercidos pelos processos sociais e históricos concretos e suas espacialidades. Mais uma vez, não existe aqui nenhuma novidade, como podemos verificar nos trabalhos de Horacio Capel (1981), Marcelo Escolar (1996), Lia Osório Machado (2000a) e Vincent Berdoulay (2017), por exemplo. Este procedimento, articulado ao primeiro, exige a análise da dinâmica histórica e geográfica que enquadra e condiciona o desenvolvimento da disciplina. A Geografia está situada, destarte, no quadro mais amplo do movimento geral da ciência e, principalmente, da sociedade. Contudo, é necessário articular com a dinâmica interna da própria disciplina, identificando e ressaltando as tensões do campo, seus conflitos e contradições no plano epistemológico, teórico e metodológico. Esse duplo movimento é condição para avançar no tratamento das questões à luz da história do pensamento geográfico, como já demonstrou Lia Osório Machado (2000a e 2000b).

³ Apesar de tal relação não ser sempre direta ou condicional, como nos lembra Cornelius Castoriadis ao afirmar que inúmeras relações sociais são marcadas pelo exercício do poder por indivíduos que, não necessariamente, sabem mais ou fazem melhor do que outros – lembre-se do seu superior hierárquico no trabalho (Castoriadis, 2004, no capítulo “Que democracia?”).

Nosso plano de abordagem ancora-se na perspectiva da longa duração e está assentado na força que as ideias de progresso e desenvolvimento exercem na produção do conhecimento geográfico, principalmente em uma instituição estatal com a magnitude do IBGE. Nesse sentido, não vamos fazer uma história institucional, ou de indivíduos, mas situar os processos em um plano de análise mais geral. As referências específicas serão mobilizadas para a análise de fundo ou estrutural, para utilizar uma perspectiva (mais do que uma palavra), que não goza de muito prestígio em “tempos hiper fluidos”.

Devemos agora explicitar nossa fonte, a maneira como foi tratada e os limites de nossas reflexões a partir do próprio material empírico que tínhamos à disposição.

Nosso levantamento foi feito apenas na seção dos *Artigos* publicados entre 1939 e 2006 na RBG e este é o nosso universo empírico e nosso recorte temporal de análise. Deste material partem (e retornam), portanto, nossas reflexões, definindo limites entre o que pode ser afirmado e demonstrado, mesmo realizando o duplo movimento de análise que mencionamos anteriormente.

Tomamos a RBG como fonte de análise da história da disciplina e da própria sociedade brasileira, uma vez que ela expressa os saberes (teóricos e técnicos) e as práticas territoriais do IBGE. Mas também tomamos a RBG como uma fonte histórica que deve ser questionada e interrogada a partir de problemas que são colocados pela pesquisa. Mais importante do que a informação contida na fonte em si, são as perguntas que são feitas a ela, pois são os questionamentos que alimentam e permitem a reflexão. Mais uma vez, não há novidades nesses procedimentos. Eles foram consolidados pela Escola dos Annales, que transforma radicalmente a concepção de História e, portanto, de fonte histórica, como nos ensinam Marc Bloch (2009) e Fernand Braudel (2013).

O tratamento analítico das fontes exige o esforço da articulação entre dois momentos históricos distintos: a fonte deve ser contextualizada no momento de sua produção e deve ser ressignificada no momento em que passa a fazer parte de um processo de investigação. Quando foi criada, a fonte deveria responder a determinados fins definidos por protagonistas inseridos em um determinado contexto espaço-temporal/político/cultural/econômico, com objetivos específicos; ao mesmo tempo, quando o pesquisador incorpora essa fonte ao seu trabalho, ao seu processo de produção do conhecimento, essa fonte passa por uma ressignificação, portanto, deve ser compreendida à luz da posição do pesquisador no *socius* no qual ele está inserido. O processo de ressignificação a que estamos nos referindo diz respeito à novas nuances, possibilidades e abordagens a determinados processos e não uma completa distorção dos eventos, ou a negligência para com a veracidade dos processos. Não se trata, efetivamente, de um relativismo pós-moderno onde as interpretações e ressignificações não possuem nenhum tipo de limite, critério ou balizamento, onde tudo é permitido e os significados tornam-se vazios e maleáveis a qualquer tipo de humor e projeto político. Concordamos, deste modo, com Saliba (2012, p. 324), quando o autor afirma que

se a própria distinção entre verdadeiro e falso for abandonada como uma curiosidade insignificante do passado, estaremos, certamente, diante de um perigo mais sutil e mais corrosivo, pois – no plano mais simples da vida – os mentirosos não terão nada a provar e os defensores da verdade não terão sequer uma causa para questioná-los.

Quais são os “termos ausentes”? Aqui fazemos uma referência (e uma homenagem) ao historiador marxista inglês Edward Palmer Thompson, em sua obra *A miséria da teoria* (org. inglês, 1978), escrita para realizar uma crítica ao estruturalismo de Louis Althusser⁴. Um dos últimos capítulos do livro chama-se, *O termo ausente: a experiência* e na elaboração de sua crítica, o historiador argumenta que

[o] que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: ‘experiência humana’. É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de ‘empirismo’. Os homens e as mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (...) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através de estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (Thompson, 1981, p. 182)

Tomando essa formulação por inspiração, indagamos à RBG de que forma os conflitos e ativismos sociais estão presentes, ou são absorvidos, incorporados aos saberes e práticas do próprio IBGE. A resposta que as fontes nos deram foi categórica: esses são termos ausentes. Ainda assim, gostaríamos de desenvolvê-los ainda que brevemente, de forma mais sistemática e, neste caminho, tentar reunir elementos que deem consistência ao argumento de que se tratam de termos cruciais para a Geografia⁵. Partimos da ideia de conflito.

O conflito é um evento. Sua duração pode ser determinada e seus limites são relativamente claros. É a condensação de uma teia de relações que se expressa de forma concreta em um ato cuja duração pode variar de alguns minutos até anos. Ele é produto histórico, pois é o resultado de ações que se iniciaram em outro momento e possuem temporalidades distintas, é o resultado singular de uma série de condicionamentos que não são redutíveis a ele. Portanto, é um produto histórico que deve ser apreendido nas múltiplas temporalidades (durações e ritmos) e historicidades (processos). Portanto, ele é produto de uma articulação entre a estrutura, a conjuntura e a forma concreta como uma coletividade experimenta e significa as macroestruturas socioeconômicas.

⁴ Especialmente direcionada às obras *Por Marx* e *Ler o Capital*, ambos publicados originalmente em 1965.

⁵ Toda nossa reflexão acerca dos conflitos sociais está vinculada ao trabalho coletivo realizado no âmbito do *Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades* (LEMTO), coordenado pelo Prof. Carlos Walter Porto-Gonçalves. Esta trajetória se iniciou no início dos anos 2000, na Universidade Federal Fluminense (Niterói-RJ), com a participação no projeto *A Geografia dos conflitos sociais na América Latina*.

O conflito se torna uma chave analítica privilegiada para a Geografia na medida em que parte da ação concreta dos protagonistas e da contradição em estado prático, para a análise da espacialidade do social, ou seja, de processos mais amplos de produção do espaço e do território. Torna-se um ponto de partida e uma chave analítica especialmente relevante na medida em que possibilita a superação de dicotomias e esquemas hierárquicos de análise, desde que se incorpore a categoria de experiência como mediadora das estruturas e da ação social.

A partir do conflito podemos puxar inúmeros fios que se entrelaçam formando tessituras complexas que nos permitem identificar elementos, processos e sujeitos que se relacionam, se articulam de diferentes formas, sem uma hierarquia dada *a priori*. A partir do conflito podemos puxar os fios das relações de produção, as diferentes formas de apropriação da natureza, as questões de gênero, o racismo estrutural, as diversas formas de representação e significação atribuída ao mundo material, aos processos de produção de subjetividade e identidade que costuram e dão consistência às relações sociais e de poder, podemos investigar e identificar as normas, as leis, os procedimentos, enfim, é possível tecer relações sociais e de poder que remetem a escalas espaciais e períodos históricos distintos que se articulam e cujo centro é a ação dos protagonistas.

Ele é o produto de uma determinada espacialidade que o conforma, mas, ao mesmo tempo, o conflito também é portador de uma determinada espacialidade que pode ser apreendida material e simbolicamente e que permite sua própria efetivação. Qualquer conflito se expressa materialmente, o que pressupõe uma espacialidade herdada, mas, ele também é *dever*, isto é, possibilidade ou *força instituinte de uma nova espacialidade* e, assim sendo, é parte constitutiva da espacialidade. Tomamos o conflito, portanto, como lugar privilegiado de produção do conhecimento. Ele é parte do processo que institui e reproduz, é parte do processo que causa as rupturas e as descontinuidades históricas e geográficas. Ele é a contradição em estado prático, é a expressão concreta e empírica da luta social.

O conflito também (se) expressa, por fim, (n)aquilo que Carlos Walter Porto-Gonçalves (2001, 2002 e 2003) denominou “conflitos de territorialidade”. Se cada protagonista é portador de uma territorialidade própria que o constituiu e lhe dá sentido e o move de alguma forma, é possível pensar que o conflito explicita territorialidades distintas em oposição. Onde resultam todas as lutas que envolvem, direta ou indiretamente, o uso e a apropriação do espaço: lutas por reforma agrária, demarcação de territórios, reforma urbana, mobilidade/acessibilidade, apropriação de recursos naturais, entre outras.

Assim, o conflito é um tipo específico de ação social que ocorre *em um lugar* em um *determinado tempo*, constituindo uma ação situ-ada, ou uma situ-ação específica. Metodologicamente, partimos de uma *ação* e de um *lugar* concretos e específicos, em um determinado *contexto histórico* (Porto-Gonçalves, 1998; Rodrigues, 2015, 2019; Ramos, 2019 e 2022). Partir da ação social implica, necessariamente, identificar e reconhecer o protagonista que impulsiona o processo. Protagonista

"deriva do grego *protos*, primeiro, principal e *agonistes*, lutador, competidor" (Cunha, 1992:641 apud Porto-Gonçalves, 1999: 69). Assim, ele é compreendido, em nossa perspectiva, como o início, princípio da ação social. Protagonista é aquele que inicia a ação, no caso específico, é aquele que ao se colocar em movimento, deflagra um conflito que, por seu turno, coloca uma ruptura, um esgarçamento do *status quo* em favor de uma outra ordem que subverta. A definição do protagonista é analiticamente útil para identificar e diferenciar os *antagonistas*, ou seja, para qualificar os sujeitos sociais que estão se formando a partir da luta. O conteúdo do protagonismo social só pode ser definido a partir de cada processo concreto de luta que se desenvolve na sociedade.

Enquanto categoria analítica, o protagonista exprime os atributos de uma coletividade que se constitui em um processo concreto de luta, dotando essa coletividade de uma singularidade que só é possível de ser apreendida a partir da experiência, ou seja, para qualificar os sujeitos sociais que estão se formando a partir da luta (Porto-Gonçalves, 1998; Ramos, 2003; Rodrigues, 2015). Portanto, o procedimento analítico recorta a ação de outros protagonistas para análise, ao mesmo tempo em que as *situa* e *contextualiza* em um quadro global de relações sociais e de poder das quais o Estado e as frações do capital – determinantes históricas hegemônicas – fazem parte, porém não de maneira exclusiva.

Podemos dizer que todos os homens são os protagonistas de suas próprias vidas, no entanto, as condições para que este protagonismo possa ser efetivado e exercido não são iguais, o que confere aos homens, individual e coletivamente, intensidades e potências distintas de *ação*, dependendo das condições objetivas e subjetivas de existência. Ou seja, a capacidade de ser o princípio da ação é diferente para cada homem, mulher, grupo e classe social, no entanto, todos são, de alguma forma e com diferentes intensidades, protagonistas de suas vidas. Daí a importância da *experiência* para compreender a dinâmica do protagonista.

O *protagonista* é aquele que *inicia a ação* e a ação é o *conflito*. Ao agir, o protagonista está imprimindo movimento na sociedade (no tempo e no espaço), está aumentando a tensão da contradição até certo limite e se colocando diretamente para o confronto. A categoria protagonista, nesta perspectiva, indica *quem* iniciou o conflito a partir de uma determinada experiência. Analiticamente, a categoria nos permite identificar, claramente, o *sujeito* da ação.

Faz-se necessário, nesse momento, um esclarecimento acerca da proximidade entre a categoria protagonista e as de *ativismo* e *movimento social*. Elas são indissociáveis, porém, não se reduzem uma à outra, tampouco se confundem. Entendemos ativismos e movimentos sociais em acordo com a perspectiva de Marcelo Lopes de Souza, que propõe o seguinte:

os ativismos sociais (ou ativismos, simplesmente, para evitar uma redundância) são um conjunto mais amplo de ações públicas organizadas, do qual os *movimentos sociais* seriam um *subconjunto*. Os ativismos sociais, como ações públicas *organizadas e relativamente duradouras*, diferenciam-se de ações coletivas efêmeras e pouco organizadas ou desorganizadas, como quebra-quebras

(“vandalismo de protesto”), saques e outras; e, como ações *públicas*, em sentido forte, diferenciam-se tanto da criminalidade ordinária (mesmo organizada) e de organizações terroristas, quanto de grupos de pressão e lobbies, em sentido restrito, que tendem a atuar nos “corredores do poder estatal”, pressionando parlamentares ou administradores públicos e articulando tráfico de influência, entre outras atividades que não propriamente públicas. Os *movimentos sociais*, de sua parte, seriam uma modalidade especialmente crítica e ambiciosa de ativismo social, distinta de ativismos paroquiais. Estes encaminham reivindicações pontuais, sem articulá-las com questionamentos mais profundos, relativos a problemas nacionais e internacionais, e sem construir pontes entre a conjuntura, cujo domínio não ultrapassam, e as estruturas, que não chegam a tematizar. São, não raro, prisioneiros do ou contaminados pelo clientelismo. (Souza, 2006, p. 278. Grifos no original).

É possível afirmar, assim, que todo ativismo (e todo movimento social) é constituído por protagonistas, no entanto, nem sempre a ação de um protagonista expressa um ativismo. Tal diferença tem que ser estabelecida uma vez que não são todas as ações sociais que constituem ativismos, porque nem todos os conflitos são, necessariamente, protagonizados por formas coletivas de ação dotadas, minimamente, de uma organização, identidade intra/inter subjetiva, conteúdo programático, orientação política etc.

Tratando-se de um país cuja formação é marcada por sua condição periférica, cujos fundamentos estão no escravismo e na colonização (e de todos os desdobramentos destes processos históricos), sustentamos a ideia de que os conflitos e os ativismos sociais são elementos centrais para a compreensão e análise do processo de formação sócio-espacial brasileira. Os conflitos e as ações dos “de baixo” são parte constitutiva da formação do território. E são parte central, não marginal, constituída que é de sujeitos ativos e não passivos. Portanto, os conflitos são norma e não exceção, ou anomalia. Isto posto, qualquer Geografia que marginalize, despreze ou secundarize tais elementos, produz um saber parcial e insuficiente, ainda que se queira crítico.

O espaço é o lócus privilegiado do conflito, porque é onde determinada luta opõe dois protagonistas. O movimento social, portanto, é portador, sempre, e em algum grau, de uma nova ordem que conduz a novas posições e novas relações. Todos que de alguma forma experimentam a opressão, a exploração, a exclusão, reivindicam *mais espaço*. Por esse motivo os sem-terra ocupam, acampam, se assentam; os indígenas, os quilombolas demarcam seus territórios e reivindicam sua territorialidade ancestral; trabalhadores em greve obstruem a produção e os serviços ao bloquearem acessos, interrompem os fluxos e impõem nova ordem, ainda que temporária, ao trabalho. Todas essas expressões do conflito ressignificam o espaço e, ao apresentarem novos signos, produzem uma nova geografia, uma nova/outra forma de marcá-lo (Porto-Gonçalves, 2006). Todo movimento é, desta forma, literalmente, mudança de lugar, portador de uma outra configuração social possível, algo que por muito tempo foi negligenciado pela “tradição das profissões espaciais” como a geografia, o urbanismo e o planejamento, que se dedicaram e, ainda se dedicam, em grande parte, a proceder a “visão de sobrevoo”, isto é, a analisar as sociedades e seus espaços do alto, de longe, em escalas muito

pequenas, que não valorizam a ação dos protagonistas não-hegemônicos e que evidenciam o olhar e a ação próprios do Estado, conforme Marcelo Lopes de Souza.

Uma tal limitação dificulta enormemente várias coisas. Uma delas é a *pequena abertura que os geógrafos de formação têm tradicionalmente demonstrado para o estudo dos movimentos sociais – para não mencionar a interação e a cooperação com esses movimentos*. Outro problema – largamente derivado, aliás, do histórico desinteresse para com os movimentos – é a *dificuldade para o pesquisador desincumbir-se da tarefa de enxergar a complexidade de interesses envolvida na disputa simbólica em torno de determinadas palavras carregadas de forte significado político e ideológico* (como “segregação”, “comunidade” e “favela”). Essa complexidade não pode ser adequadamente apreendida com base em uma “visão de sobrevôo”, que não interroge os próprios agentes sobre as suas razões de fazerem tais ou quais usos de tais ou quais palavras (Souza, 2007, p. 104)

Muitos pesquisadores e muitos trabalhos negligenciaram, ou simplesmente banalizaram, ao longo do tempo, o estudo dos produtores do espaço, isto é, a análise das relações sociais tomadas a partir da escala do cotidiano, do face a face. As construções discursivas da Geografia tiveram como protagonista preferencial, em primeiro lugar, o Estado e, secundariamente, mas não menos evidente, o capital em suas diferentes frações. As referências discursivas da Geografia, portanto, se afirmavam a partir de instituições e sujeitos coletivos predominantemente marcados pelo signo estatal e empresarial/corporativo/fundiário, ainda que, a partir dos anos 1970, muitas análises passem a ser feitas no sentido de objetar e denunciar tais monopólios. Nos anos 1990, ainda na esteira do movimento de renovação crítica, a mesma Geografia torna-se substancialmente mais plural e mais próxima do campo das ciências sociais. Apesar dos aparentes avanços, o autor supracitado aponta que importantes “freios epistemológicos” continuam a se fazer presentes, embora com menos força, sendo um deles, talvez o mais evidente, “a assunção tácita de que aos geógrafos de formação interessariam, sim, as práticas dos atores” (Souza, 2007: 108). O que denotaria um duplo vício da disciplina: um vício de formação política (a disciplina do Estado por excelência) e um vício de formação epistêmica, da Geografia como a ciência dos lugares, que “olha de fora, com distanciamento”, objetificando e des-subjetivando, isto é, afastando os sujeitos de suas análises.

Por esse motivo, talvez, não nos seja surpreendente a ausência desses elementos constatada no levantamento realizado nos artigos publicados na RBG. E chama a atenção a existência de uma significativa lacuna na produção de conhecimento sobre o território brasileiro em função da ausência “dos de baixo” como protagonistas, dos conflitos como parte da ação social e do cotidiano como a combinação de escalas - de análise, da ação e dos fenômenos sociais – (Souza, 20013). Não se resume a uma constatação meramente temática, não se reduz a uma pura e simples ausência de artigos que identificam um campo de pesquisa, significa problematizar uma matriz de produção de conhecimento e afirmar um problema que é, ao mesmo tempo, político e epistêmico. Trata-se, portanto, de uma forma de ler, analisar e intervir o/no território que se “naturalizou” unidirecional, ou “de cima para baixo”.

Essa é uma chave de leitura possível extraída do levantamento e análise da RBG. Devemos reconhecer o tempo histórico em que aquele conhecimento foi produzido (respeitando o princípio metodológico de enquadrar as condições de produção das fontes sob pena de sermos anacrônicos) e os limites institucionais demarcados por governos autoritários em grande parte do tempo de existência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (o Estado Novo e a Ditadura de 1964), mas, ao mesmo tempo, podemos problematizar a produção intelectual a partir da perspectiva dos conflitos e ativismos que não eram, em hipótese alguma, um corpo estranho na formação social e territorial brasileira.

Considerando nossa perspectiva, nosso ponto de vista e ponto de partida periféricos, por que a Geografia brasileira, particularmente a do IBGE, não tomou os conflitos e os ativismos como matéria de reflexão? Essa é a pergunta que fizemos aos artigos. Cabe agora esclarecer: por que os termos estavam ausentes?

3. A constituição de um campo

A explicação para a ausência desses termos e questões não está, obviamente, em nenhum tipo de incapacidade e incompetência dos profissionais do IBGE e também não pode ser reduzida, simplesmente, a uma vinculação ou qualquer legitimação de governos e regimes políticos específicos. A explicação, como já adiantamos, está no aspecto estrutural do tipo de saber produzido por uma instituição estatal cujo horizonte político é o progresso e, conseqüentemente, a busca pelo desenvolvimento modernizante. Onde podemos situar o lugar e o tempo onde se dá esse encontro?

Está consolidada, na história do pensamento geográfico, a demonstração da relação indissociável do desenvolvimento e institucionalização da Geografia com a formação do Estado-Nação moderno em sua forma territorial consagrada no Tratado de Vestfália (1648). Obras fundamentais como as de Massimo Quaini (1983), Horácio Capel (1981), Marcelo Escolar (1995), Paul Claval (2006) e Vicent Berdoulay (2017) demonstram como a Geografia esteve presente no processo de formação e disseminação das ideias de nação e nacionalismo através da introdução da Geografia no currículo escolar e na produção de enciclopédias, atlas e livros de divulgação, na formação de professores e produção de conhecimento através das universidades e sociedades científicas, sem esquecer, evidentemente, o papel desempenhado pela disciplina na defesa e legitimação do colonialismo europeu e na produção de conhecimentos sobre os territórios e povos a serem conquistados ao longo do século XIX.

Antes disso, Carlos Walter Porto-Gonçalves (2003) chama atenção para o fato de que a comunidade de geógrafos remonta ao Renascimento, no século XVI, quando o geógrafo é definido como o “funcionário do rei para fazer mapas”:

A palavra geógrafo, como visto, aparece pela primeira vez na língua francesa em 1557 (Dainville, apud Quaini, 1983 e Cunha, 1982) e designa, do século XVI ao

XVIII, aqueles que constroem mapas e, às vezes, os comentam. São os chamados geógrafos do Rei. É ainda Dainville quem informa que *'juntamente com eles, também outros que desenham mapas ou constroem plantas são chamados geógrafos. Os engenheiros militares que são chamados engenheiros e Geógrafos Ordinários do Rei (...) engenheiro-geógrafo é também a qualificação dos topógrafos civis que sob a direção de Cassini trabalham a Carta Geral do Reino. Também geógrafos são chamados os agrimensores que constroem os mapas cadastrais do domínio das zonas de caça do Rei'* (Porto-Gonçalves, 2003, p. 34, nota 2. Grifos no original).

É preciso ressaltar que estamos tratando de um processo que se dá na longa duração. A Geografia participa como uma protagonista de destaque no processo de reordenação espaço-temporal do mundo, com aquilo que Anibal Quijano (2005), Enrique Dussel (2005), Walter Mignolo (2005) e outros intelectuais vão denominar de moderno-colonialidade, transmodernidade e sistema-mundo moderno-colonial, portanto, a disciplina participa ativamente da emergência de um novo padrão de poder político, econômico e cultural-intelectual, e também de saberes e de epistemes.

Nesse sentido, sua relação indissociável com a constituição do Estado-Nação moderno e seus fundamentos territoriais, bem como na construção de um novo espaço-tempo do mundo a coloca como um protagonista de produção de um tipo de saber indissociável de um certo tipo de exercício de poder. Tal proximidade, como argumenta Carlos Walter Porto-Gonçalves, cobrou um alto preço da Geografia: a territorialidade do mundo ficou circunscrita à territorialidade do Estado, a política tornou-se sinônimo de ação estatal e

fez com que a Geografia identificasse o território com o Estado, sem levar em consideração que o processo que ali estava subjacente era a afirmação da territorialidade de um determinado segmento social que, daquela forma, se expressou. A vocação natural do saber geográfico, como saber do Estado e para o Estado se, de um lado, demonstra sua estreita relação com a política, de outro, levou a confundir o político com o Estado (Porto-Gonçalves, 2003, p. 34).

Este vínculo orgânico, histórico e estrutural, cuja historicidade remete a séculos, é o responsável por fazer da Geografia uma disciplina conservadora e articulada com o exercício do poder hegemônico no processo de constituição do capitalismo e do Estado-Nação moderno e, conseqüentemente, do sistema-mundo moderno-colonial. Tal posição só será colocada em xeque na segunda metade do século XX, com a emergência da Geografia Crítica ou Radical. Portanto, em termos históricos, o horizonte crítico da Geografia é muito recente e tem que lidar, até hoje, com os produtos e conseqüências de seu caráter conservador que é secular e estrutural.

A conseqüência política e teórica deste processo foi o acoplamento da disciplina à ordem hegemônica e seus protagonistas. A matéria social que servia de reflexão e alimento para o pensamento eram as ações e necessidades do Estado e do capital, tendo como motor e pano de fundo as ideias de progresso, evolução e, finalmente, de desenvolvimento. Tratava-se de produzir uma Geografia que empurrasse o mundo para frente, para o futuro, através do controle dos territórios e de suas populações, do seu uso, de sua gestão. Uma disciplina sobre a ordem territorial do mundo. E

todos sabemos que o maior inimigo da ordem é a desordem. E quem são os arautos da desordem? Os conflitos, as contradições, as lutas, as insurgências e assim por diante. E quem são os protagonistas desses processos? Trabalhadores, indígenas, quilombolas, camponeses, negros, mulheres, estudantes e toda a multidão que foi atropelada e massacrada pelo cortejo dos vencedores, como bem lembra Walter Benjamin (2019, p. 12):

aqueles que, até hoje, sempre saíram vitoriosos integram o cortejo triunfal que levou os senhores de hoje a passar por cima daqueles que mordem o pó. Os despojos, como é de praxe, são também levados no cortejo.

A desordem deve ser enquadrada na ordem hegemônica – a propriedade privada, o lucro, o assalariamento, a democracia liberal representativa etc. – e os desordeiros devem ser disciplinados, controlados, vigiados e policiados. No plano teórico eles entram no cálculo como variantes que devem ser contidas, como elementos passivos, como *alvos* de uma ação e nunca como *sujeitos*, isto é, ativos, produtores de espaço e história, portanto, portadores de outras territorialidades e historicidades.

Os conflitos, as contradições e as lutas são desvios, anomalias, obstáculos que perturbam a ordem natural e o processo de desenvolvimento. Portanto, são pensados e tratados como algo que deve ser suplantado pela ordem hegemônica para que o curso do progresso e do desenvolvimento siga seu caminho livre de constrangimentos. A solução para a superação das causas dos conflitos era a promoção do desenvolvimento econômico, científico e cultural do país tendo como norte o núcleo orgânico do capitalismo.

No caso específico da Geografia e, particularmente no caso do IBGE, a contribuição para o desenvolvimento se daria via planejamento e gestão do território, como bem demonstra Paulo Roberto de Albuquerque Bonfim (2014). Neste trabalho, cujo recorte histórico é a década de 1960, o autor explicita a forma concreta de como o progresso e o desenvolvimento são norteadores da produção de conhecimento e das práticas territoriais do Instituto. Podemos afirmar que tal perspectiva pode ser utilizada para uma análise da década anterior (1950) e posteriores (1970 e 1980), sem ressalvas significativas.

Trata-se, pois, de um estudo de caso objetivando a valorização do próprio contexto de construção da geografia nacional, a qual, embebida obviamente por influências externas, expressa, por outro lado, contradições tipicamente relacionadas à formação de um Estado de capitalismo tardio e de passado colonial (Moraes, 1991; Mary, 2010), instrumentalizado na década de 1960 através de diversos órgãos e empresas estatais, de forma a encontrar, pela via do planejamento, as condições internas de “superação do subdesenvolvimento”, de aplainamento das desigualdades regionais, de difusão territorial da industrialização etc. (Bonfim, 2014, p. 2).

Não se tratava, assim, de uma escolha dos geógrafos e geógrafas do IBGE, mas de uma conformação histórica, política, cultural e de poder que condicionava a forma de se produzir o conhecimento geográfico e embasar as práticas territoriais da instituição. Tratava-se de uma perspectiva de cima, de um lugar social e cultural produto de uma experiência histórica cujo solo

epistemológico estava condicionado a pensar de cima para baixo, tomando os outros sujeitos como passivos, como alvos dos saberes e práticas de uma instituição que iria contribuir com o desenvolvimento da nação através da melhor organização do território via planejamento.

Em uma primeira aproximação parece tentador explicar a ausência do conflito e dos ativismos associando este quadro estrutural a uma, ou outra corrente do pensamento geográfico, atribuindo-lhes um caráter eminentemente conservador. Esta aproximação faz parte da explicação, mas é insuficiente, como demonstraremos a seguir.

Da sua fundação, na década de 1930, até o fim da década de 1960, é possível identificar certa hegemonia da tradição dos mestres franceses na produção geográfica do Instituto, ainda que possamos identificar uma diversidade de perspectivas presentes nos artigos. No entanto, isso não nos impede de identificar o predomínio político, acadêmico e intelectual dos mestres franceses, com destaque para Francis Ruellan e Leo Waibel (cf. Abrantes, 2014), que participaram do processo de formação dos primeiros *ibgeanos* e influenciaram na constituição de campos de pesquisa e na prática do planejamento como a questão da regionalização, redes e hierarquias urbanas, uso do solo, frente pioneiras e colonização.

A partir do final da década de 1960 a situação começa a mudar e, ao invés de uma hegemonia, talvez seja possível falar na emergência de um quadro disciplinar marcado pela existência conflituosa entre a geografia dos mestres franceses e a recém chegada geografia teórico-quantitativa, que foi muito bem recebida por *uma parte* do corpo profissional do IBGE, sob a liderança de Spiridião Faissol, fazendo do Instituto um dos principais centros de produção e disseminação desta corrente do pensamento geográfico, ao lado da Unesp - Rio Claro⁶. Assim, a década de 1970 marca o fim da hegemonia e início de crise da Geografia francesa e a ascensão da Geografia Teórico-Quantitativa, o que caracterizava um quadro de diversidade teórica e metodológica na produção do IBGE. Este enquadramento epistemológico, associado aos contextos históricos e institucionais nos permite identificar um caráter francamente conservador da disciplina, o que explica a ausência dos termos que destacamos anteriormente.

A década de 1980 marca a emergência de um conteúdo efetivamente crítico nos artigos publicados na RBG, o que caracteriza um novo momento para a produção intelectual do Instituto, sem abrir mão da sua excelência técnica e seu comprometimento com a produção de um saber sobre o território e a população com o objetivo de produzir e sistematizar informações úteis ao planejamento territorial e às demais políticas públicas. Desta forma, o IBGE não está imune às transformações da disciplina. Nesse contexto, é esperada uma transformação significativa no conteúdo dos artigos publicados e que aqueles termos ausentes finalmente sejam incorporados ao conjunto de temas e questões da disciplina. No entanto, não é isso que observamos. Mesmo com a emergência de um

⁶ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Rio Claro (SP).

conteúdo crítico, os conflitos, lutas e, principalmente, os ativismos sociais ainda estão ausentes dos artigos publicados pela RBG. Nesse sentido, a explicação não pode ser atribuída ao caráter conservador do pensamento geográfico. O que passou?

A produção de uma crítica do capitalismo pela Geografia foi elaborada a partir de cima, ou seja, tomando como referencial de análise os processos, sujeitos (classes) e instituições hegemônicas, aqueles que constituem os centros de exercício de poder. Imperialismo, segregação sócio-espacial, concentração fundiária, desigualdades regionais, análises críticas da urbanização e da industrialização, desenvolvimento desigual e combinado, planejamento urbano e regional em uma perspectiva crítica são alguns exemplos dos temas e questões que emergiram como objeto de reflexão na disciplina. Tal elaboração crítica, feita a partir das estruturas globais de dominação, manteve o Estado e os processos de reprodução do capital como os protagonistas do processo de produção do espaço. Os pontos de partida e de chegada eram os mesmos (o Estado e as diferentes frações do capital). Assim, a necessidade de expor as estruturas e dinâmicas sócio-espaciais dominantes acabou reforçando a centralidade dos poderes hegemônicos nas formulações críticas da disciplina, como se estes fossem os únicos sujeitos a participar do processo.

Outros protagonistas foram secundarizados, marginalizados e tomados como elementos passivos, ou que respondiam às condições estruturais e às ações dos sujeitos hegemônicos. Os conflitos e as lutas são tomados como processos centrais, mas a centralidade destes processos está nas forças dominantes e não naqueles que questionam tal ordem hegemônica. São essas que engendram os conflitos ao reproduzir as formas de dominação, opressão e exploração. Aqueles que sofrem buscam reagir, resistir, mas ainda estão localizados à margem da reflexão e da análise crítica.

Não há dúvidas de que ao longo dos últimos 30 anos ocorreram significativas transformações no campo disciplinar, no entanto, quantitativa e qualitativamente, ainda é possível observar – no âmbito da Geografia brasileira, particularmente – a hegemonia do Estado e das diferentes frações do capital como os sujeitos centrais, hegemônicos e dominantes nas análises da produção social do espaço.

Hegemonia, no entanto, não se traduz por exclusividade, não significa que não existam outras possibilidades e caminhos. Na Geografia brasileira, desde a década de 1980, pelo menos, outros caminhos foram trilhados e perspectivas foram criadas por geógrafas e geógrafos já citados anteriormente, como Satie Mizubuti, Júlia Adão, José Borzzachiello, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Marcelo Lopes de Souza entre outras e outros. Esses geógrafos cavaram importantes trincheiras, garantiram avanços importantes e deixaram um legado que foi sendo apropriado e ampliado por estudantes e orientandos ao longo do tempo. Tal dado pode ser observado na ampliação dos trabalhos referentes a esta temática apresentados em eventos (Encontro Nacional de Geógrafos, Simpósio de Geografia Urbana, Encontros da Anpege,

Simpósio de Geografia Agrária etc.), em monografias e trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, artigos e livros.

Se constituiu, assim, um campo de pesquisa na Geografia que deslocou os protagonistas hegemônicos e colocou no centro da análise os conflitos e os ativismos sociais. Essa postura opera um deslocamento da análise, uma descentralização teórica e política, propõe outra *episteme*. Mas tal *episteme* permanece ausente da RBG.

4. Conclusão

Buscamos até aqui identificar elementos que possam problematizar uma inquietante ausência: o fato de não haver no extenso acervo de “uma das mais antigas e respeitadas publicações técnico-científicas brasileiras na área de Geografia e ciências afins”⁷ artigos que tomassem como argumento central os conflitos, ou os ativismos e movimentos sociais, no campo, na cidade, na floresta, ou nos territórios tradicionais.

Após o levantamento de todo acervo da Revista Brasileira de Geografia (RBG-IBGE) concluímos que as contradições constituintes da sociedade, os marginalizados, os expropriados, os trabalhadores, as práticas dos “de baixo” (para usar mais uma vez a expressão de Carlos Walter Porto-Gonçalves), as ações sociais espontâneas, ou os ativismos sociais organizados não estão representados e analisados na Geografia produzida por um veículo de comunicação e divulgação científica das principais e mais antigas instituições de pesquisa do Brasil, principal provedor de dados, informações e análises sobre a sociedade e o território brasileiro.

Procuramos, após esta constatação, percorrer um caminho que, ao mesmo tempo, buscasse uma resposta para tal silêncio, porém descartasse respostas “fáceis” para um problema que, pela própria dimensão (qualitativa, quantitativa e histórica), não permitiria uma reflexão menos complexa.

Partimos para a análise cientes de que a Geografia por si é uma disciplina, uma ciência que engendra um duplo vício (cf. Souza, 2007): um vício de formação política, o de ser a disciplina do Estado por excelência; e um vício de formação epistêmica, o da geografia como “a ciência dos lugares”, que “olha de fora, com distanciamento”, afastando os sujeitos das análises. Este seria um dado significativo se não considerássemos que ao longo da trajetória disciplinar, muitos pontos, entenda-se intelectuais, pesquisadores e pesquisadoras, se colocaram fora da curva.

Apesar de serem numericamente minoritários e terem pouco destaque (ou até sofrerem algum tipo de silenciamento) já desde a década de 1980 geógrafas e geógrafos críticos brasileiros buscavam garantir a presença de outros sujeitos e ações em suas pesquisas e investigações. Isto pode ser

⁷ Conforme definição do próprio sítio do IBGE, <https://www.ibge.gov.br/geociencias/metodos-e-outros-documentos-de-referencia/revista-e-manuais-tecnicos/27499-revista-brasileira-de-geografia>. Acesso em 17/02/2023.

registrado nos trabalhos defendidos nos mais antigos programas de pós-graduação do país que formavam geógrafas e geógrafos que se tornariam (ou já eram a essa altura) os principais expoentes da disciplina no Brasil. Tais intelectuais garantiram com suas pesquisas e investigações possibilidades de diversidade no campo disciplinar que se expressava no distanciamento da fórmula “ciência a serviço do Estado ou ciência dos lugares e não dos sujeitos”. Este, no entanto, não foi um dado que se manifestou no levantamento realizado no acervo da RBG, a despeito da existência de um grande número de trabalhos críticos como parte do seu acervo documental.

Outro raciocínio proposto sobre a ausência do tema dos conflitos e ativismos na RBG foi a possibilidade desta se dever, de algum modo, à um tipo de pioneirismo e/ou “excesso de comprometimento” com uma linhagem específica do pensamento geográfico que a revista fomentou, a *new geography*, ou a geografia teórico-quantitativa de cunho eminentemente conservador. Contudo, esta explicação por si só também não seria suficiente, visto que, como é característico da pluralidade da RBG, a revista deu voz e visibilidade aos trabalhos que escamoteavam seu posicionamento político conservador na imparcialidade estatístico-matemática, mas também abrigou, junto com o movimento de renovação crítica da geografia, importantes contribuições em termos de conteúdo efetivamente crítico e fundamentais ao planejamento territorial e às demais políticas públicas de interesse nacional, por exemplo.

Chegamos, portanto, a uma formulação que não exclui ou invalida as anteriores no processo de reflexão sobre esse “termo ausente” da trajetória RBGeana, por assim dizer, mas que se faz complementar a elas.

A emergência da Geografia Radical, em especial a sua vertente marxista, imprime um conteúdo crítico à nova trajetória da revista. Os temas das desigualdades regionais, segregação urbana e residencial, imperialismo, concentração fundiária, análises críticas da urbanização e da industrialização, desenvolvimento desigual e combinado, planejamento urbano e regional são alguns exemplos que passam a aparecer com regularidade nos índices da revista fomentando debates, mas também um forte sentido prático para as ações de servidoras e servidores públicos em diferentes setores de estado, bem como instituições de ensino e pesquisa. No entanto, ainda que haja uma evidente guinada de crítica ao capitalismo em suas diversas ações e frações, os conflitos, lutas e, principalmente, os ativismos sociais, são termos que permanecem ausentes dos artigos publicados pela RBG.

Ou seja, se tal silêncio não pode ser atribuído ao caráter conservador do pensamento geográfico, nem à um passado ligado aos “vícios fundadores” da disciplina, como “ciência dos lugares e não dos sujeitos” e ciência à serviço do Estado, como este se explicaria?

Deduzimos que todas essas explicações convergem para uma Geografia que se constitui complexa e segue complexa em suas relações *ad intra* e *ad extra* e que, de certa forma, segue

alimentando ainda que discretamente os traços mencionados, mesmo que haja hoje uma predominância, ao menos no campo da chamada “geografia humana”, ou melhor dizendo a geografia social, de um pensamento crítico do capitalismo e da decorrente produção capitalista do espaço.

A crítica do capitalismo produzida pela geografia, todavia, segue sendo elaborada, metodologicamente falando, “a partir de cima”, isto é, tomando como referencial analítico central os processos, sujeitos (classes) e instituições hegemônicos. Estruturas de dominação que, ainda que configurem objeto de crítica nos diferentes trabalhos, corroboram para manter o Estado e suas várias instituições, as diferentes frações do capital, como os protagonistas do processo de produção do espaço, enquanto os explorados, os excluídos, os precarizados, os desterritorializados, os subalternizados constituem, quando muito, aqueles que *resistem*. Nesta concepção, o ato de resistir na verdade é uma mera re-ação, isto é, uma ação posterior, uma resposta, a algo que está dado, está posto, é muito maior e contra o que só caberia sobreviver.

É na crítica desta formulação que iremos encontrar a categoria *r-existência* de Porto-Gonçalves (1998, 2002a) e Porto-Gonçalves e Hurtado (2022). É quando o ato de resistir não apaga ou diminui os sujeitos que lutam e a sua existência. Como sujeitos enunciadores, a inversão da análise, isto é, a tomada da centralidade da ação pelos sujeitos “de baixo” permite contar a história a partir de outras relações de poder, outras epistemes, outras geografias. Dessa maneira, as lutas, as contradições sociais, os conflitos eles próprios, deixam de configurar mera anomalias e passam ao centro das reflexões, como condições de possibilidade reais de novas territorialidades e outros mundos possíveis.

A missão institucional do IBGE deve ser compreendida, sim, em um enquadramento da longa duração, como um saber com sentido prático que emerge no âmbito da moderno-colonialidade, evidentemente temperada pelas particularidades históricas e geográficas do Brasil, mas o que esta instituição não diz, não aponta, não anuncia, também diz muito sobre a história da nossa ciência, da forma esta foi produzida e como ainda há muito que transformar.

5. Referências bibliográficas


- ABRANTES, Vera. Era preciso redescobrir o Brasil - As expedições geográficas do IBGE entre as décadas de 1940 e 1960. *Terra Brasilis [online]*. Nº 3. 2014.
- AJARA, Cesar. A (re)valorização do espaço geográfico no contexto de (re)definição de um projeto geopolítico nacional: um foco sobre o confronto de territorialidades na Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 54 n. 4, 1992.

- ALLEGRETTI ZANONI, Mary Helena “Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia”. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 54 n. 1, 1992.
- ARANHA, 2014. O IBGE e a formação da geografia universitária brasileira. *Terra Brasilis [online]*. Nº 3. 2014.
- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica. 2019.
- BERDOULAY, Vincent. A escola francesa de Geografia : uma abordagem contextual. São Paulo: Perspectiva. 2017.
- BERNARDES, Júlia Adão. *Espaço e movimentos reivindicatórios o caso de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro Edição da Autora, 1983.
- BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BONFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Teoria e prática do planejamento regional do IBGE na década de 1960. *Terra Brasilis [online]*. Nº 3. 2014.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- CAPEL, Horacio. *Filosofia e ciencia en la geografía contemporánea*. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CASTORIADIS, Cornelius. *Encruzilhadas do labirinto VI – Figuras do pensável*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2004.
- CASTELLS, Manuel. *Movimientos sociales urbanos*. España: Siglo Veinteuno. 1974.
- CLAVAL, Paul. *História da Geografia*. Lisboa: Edições 70. 2006.
- DUSSEL, Enrique. “Europa, modernidade e Eurocentrismo”. In *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.
- _____. “Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação”. In *Revista Sociedade e Estado – Volume 31, Número 1, Janeiro/Abril 2016*.
- ESCOLAR, Marcelo. *Crítica do discurso geográfico*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ESPINOSA, Baruch de. *Pensamentos Metafísicos; Tratado da Correção do Intelecto; Tratado Político; Correspondência*. São Paulo: Nova Cultural. 2000.
- FERNANDES, Bernardo M. *MST: Formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2014
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- HURTADO, Lina Maria e PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. “Resistir y re-existir”. In *GEOgraphia*, vol: 24, n.53, 2022. Niterói, Universidade Federal Fluminense. ISSN 15177793 / 26748126 (eletrônico). 2022.


- LAMEGO, Mariana. “O IBGE e a geografia quantitativa brasileira: Construindo um objeto imaginário”, *Terra Brasilis* [Online], n. 3. 2014.
- MACHADO, Lia Osório. História do pensamento geográfico no Brasil: elementos para a construção de um programa de pesquisa (Uma conversa com Lia Osório Machado). *Terra Brasilis* [online] nº1. 2000a.
- _____. As idéias no lugar: o desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX. *Terra Brasilis* [online] nº2. 2000b.
- MIGNOLO, Walter. D. “A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade”. In: LANDER, Edgardo. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais -perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005, 33-49p
- MIZUBUTI, Satie. *O movimento associativo de bairro em Niterói*. Tese. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
- OLIVEIRA, Arioaldo U. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco. *A Crítica da Razão Dualista - O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo. 2013.
- PEREIRA, Sérgio Nunes e BONFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Dossiê “IBGE: saberes e práticas territoriais” para a revista *Terra Brasilis* nº3, de 2014.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Nos varadouros do mundo: Da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira*. Tese. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 1998.
- _____. “A Territorialidade Seringueira - Geografia e Movimento Social”. Em *GEOgraphia*, Revista do programa de pós-graduação em geografia da UFF, Niterói, v. 1, n. 2, p.67-88, 1999.
- _____. *Geo-grafias, movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. México: Editorial Siglo XXI, 2001.
- _____. “O latifúndio genético e a r-existência indígena-campesina”. Em *GEOgraphia*, Revista do programa de pós-graduação em geografia da UFF, Niterói, vol. 4, no. 8, 2002a.
- _____. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In *La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2002b.
- _____. *Geografando: nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira ou do seringal à reserva extrativista*. Brasília: IBAMA/MMA, 2003.
- _____. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para o estudo de conflitos e movimentos sociais na América Latina. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas*, v. 1, n. 3, p. 5-26, 1 maio 2006.
- QUAINI, Massimo. *A construção da Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983
- QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade del poder, eurocentrismo y América Latina”. In. LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires. CLACSO. 2005

- RAMOS, Tatiana Tramontani. “A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe”. *Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe*. Programa Regional de Becas CLACSO, 2003
- _____. “As remoções no contexto dos megaeventos esportivos e a dinâmica da produção (conflituosa) do espaço urbano brasileiro”. In: MOREIRA, E. V.; RODRIGUES, G. B.; SANTOS, L. B.; RAMOS, T. T.; SILVA, S. C. (Orgs.). *Território, Economia Urbana e Conflitos Territoriais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.
- _____. “As lutas sociais e a violência neoliberal”. In RODRIGUES, G. B.; SILVA, S. C.; RAMOS, T. T. (Orgs.). *Espaço urbano, pobreza e neoliberalismo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022. P. 169-196.
- RODRIGUES, Glauco Bruce. “Geografia histórica e ativismos sociais”. *Geotextos*, Salvador, v. 11, n. 1, p. 241-268, 2015.
- _____. Espaço e conflitos sociais: as jornadas de junho de 2013. In. MOREIRA, E. V.; RODRIGUES, G. B.; SANTOS, L. B.; RAMOS, T. T.; SILVA, S. C. (Orgs.). *Território, Economia Urbana e Conflitos Territoriais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.
- SALIBA, Elias Thomé. Aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In. PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina de. (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo. Editora Contexto. 2012.
- SENRA, Nelson de Castro. *Tradição & renovação: uma síntese da história do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2017.
- SILVA, José Borzacchiello. *Movimentos sociais populares em Fortaleza: Uma abordagem geográfica*. Tese. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
- SOARES, Maria Therezinha Segada. “Movimentos sociais urbanos: as associações de moradores de favelas do município do Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 51 n. 4, 1989.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *O que pode o ativismo de bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista*. Dissertação. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 1988.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Urbanização e desenvolvimento: rediscutindo o urbano e a urbanização como fatores e símbolos de desenvolvimento à luz da experiência brasileira recente. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 56 n. 1, 1994.
- _____. *O desafio metropolitano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005
- _____. *A prisão e a agora*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2006.
- _____. ‘Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante’. *CIDADES*, v. 4, n. 6, p. 101-114, 2007.
- THOMPSON, E. *A miséria da teoria*. Zahar. Rio de Janeiro, 1981.

SOBRE OS AUTORES

Tatiana Tramontani Ramos  - Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes. Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Território e Conflitos Sociais.

E-mail: tatiana_tramontani@id.uff.br

Glauco Bruce Rodrigues  - Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes. Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Território e Conflitos Sociais.

E-mail: glauco_bruce@id.uff.br

Data de submissão: 3 de agosto de 2024

Aceito para publicação: 30 de setembro de 2024

Data de publicação: 18 de outubro de 2024